

A POLÍTICA DA MUDANÇA CLIMÁTICA

THE POLITICS OF CLIMATE CHANGE

Verônica Maria Bezerra Guimarães

Professora Assistente II da Universidade Federal da Grande Dourados –
UFGD.

Mestre em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE.

E-mail: veronicaguimaraes@ufgd.edu.br

GIDDENS, Anthony. *A política da mudança climática*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2010. 314 p.

Um dos grandes temas em matéria ambiental dos tempos atuais – a mudança climática – tem gerado posições antagônicas que vão desde o catastrofismo ao ceticismo. As pesquisas científicas são relativamente recentes e do ponto de vista normativo e institucional as discussões ganharam fôlego a partir da década de setenta, dentre as quais, a Convenção de Viena; a Convenção das Mudanças Climáticas, o Protocolo de Kyoto e as Conferências de Copenhague e Cancun.

Anthony Giddens, professor emérito da London School of Economics, um dos grandes teóricos da modernidade, discute em nove capítulos, na recente tradução para o português de “The politics of climate change”, a mudança climática em uma perspectiva política. Nesta edição brasileira, tem-se a apresentação do economista Sérgio Besserman Vianna, que, também, ressalta a grande complexidade do tema que envolve setores importantes da economia, da sociedade e da geopolítica mundiais e instiga a pensar sobre a situação brasileira face à necessidade de transição para uma economia de baixo carbono.

Em termos simples, a mudança climática se refere às emissões de gases de efeitos estufa que são lançadas na atmosfera, em decorrência de fontes fixas e móveis da indústria moderna, cujas consequências têm afetado desigualmente as diversas regiões do planeta em termos sociais, econômicos e ambientais.

A política da mudança climática lida com o que o autor chama de “paradoxo de Giddens”, ou seja, “visto que os perigos representados pelo aquecimento global não são palpáveis, imediatos ou visíveis no

decorrer da vida cotidiana, por mais assustadores que se afigurem, muita gente continua sentada, sem fazer nada de concreto a seu respeito” (p. 20). É uma atitude social em que há um certo reconhecimento da ameaça do aquecimento global, mas não há alterações significativas do comportamento das pessoas em relação a suas possíveis causas.

A maior parte do livro dedica-se à análise das políticas climáticas nos países industrializados, devido a maior responsabilidade dos mesmos neste contexto global e à movimentação nos chamados mercados de carbono. É uma política que contém várias nuances, principalmente, a do planejamento numa perspectiva de longo prazo que inclua os riscos e as incertezas dos problemas a serem enfrentados.

Para fundar a base das suas discussões, o autor propõe algumas questões: “Como desarticular o paradoxo Giddens?; como manter a continuidade da política da mudança climática?; o combate à mudança climática custará dinheiro e de onde virá ele?; como devem os governos decidir quais tecnologias respaldar?” (p. 26-7). Para responder, Giddens lança mão de conceitos como Estado assegurador; convergências política e econômica; imperativo do desenvolvimento e segurança energética.

Para contextualizar as estatísticas sobre o aquecimento global, Giddens utiliza dados dos relatórios de monitoramento do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas das Nações Unidas (IPCC), cujos cenários de aquecimento variam mais favoravelmente, entre 1,1° C e 2,9° C e, de modo mais drástico, entre 4° C e 6° C. No âmbito desta política, encontram-se cientistas de várias correntes, entre céticos e otimistas; assim como diversos pensadores dos movimentos ecológicos.

Em termos de geopolítica, os países que possuem um melhor conjunto de critérios ambientais que contribuem para o combate à mudança climática são: Suécia, Noruega, Finlândia, Suíça e Costa Rica. E os países industrializados que mais aprimoraram seu desempenho desde a década de 90, além da Suécia, foram Alemanha, Islândia e Reino Unido (p. 101).

O planejamento da política de mudança climática exerce um papel central na linha argumentativa de Giddens, assim como a ideia de que “os países industrializados devem assumir a liderança na abordagem das mudanças climáticas e que as probabilidades de êxito dependerão muito do governo e do Estado” (p. 120). Neste sentido, o Estado assegurador deve: ajudar os governos a pensarem antecipa-

damente, de modo a incentivarem as empresas, o terceiro setor e o cidadão em termos de políticas a longo prazo; lidar com os riscos da mudança climática e da energia em relação a outros riscos enfrentados pelas sociedades atuais; promover a convergência política e econômica entre a mudança climática e a política energética; fazer intervenções nos mercados para institucionalizar o princípio do “poluidor-pagador”; agir contra interesses empresariais que visarem barrar as iniciativas ligadas à mudança climática; manter a mudança climática no topo da pauta de objetivos políticos; desenvolver uma estrutura econômica e fiscal apropriada para caminhar em direção a uma economia com baixo teor de carbono; preparar-se para a adaptação às consequências da mudança climática e integrar os aspectos locais, regionais, nacionais e internacionais da política de mudança climática (p. 120-3).

Levando-se em conta que o livro, originalmente, foi publicado em 2009, Giddens revela o panorama das negociações internacionais, principalmente, da União Europeia e dos mercados de carbono. Contudo, dedica-se a analisar o papel dos países em desenvolvimento, como Indonésia, China, Índia e Brasil, na contribuição da emissão de gases de efeito estufa.

Em seu “A política da mudança climática”, Giddens expõe de modo didático e bem documentado alguns dos pressupostos que tornam este tema tão complexo e fascinante. Devido a sua própria experiência europeia, trata com maior afinco sobre o panorama do velho continente. As questões geopolíticas da energia de base petrolífera e do modelo industrial também revelam as suas dificuldades quanto ao modelo de cooperação internacional para minorar os efeitos dos gases de efeito estufa e das medidas de controle das mudanças climáticas.

Se por um lado, observa-se um aumento do nível de informação deste tema que constitui um dos principais da agenda política internacional do século XXI; por outro, a dificuldade em obter avanços mais significativos nas negociações internacionais revela que ainda estamos distantes de obter melhoras quanto a uma justa distribuição de riscos e perigos decorrentes do aumento da temperatura global.